

PT ameaça a votação do Orçamento

Brasília — Aldori Sílva

BRASÍLIA — Depois de 90 dias de análise, líderes do governo e da oposição tentam votar hoje, no Congresso Nacional, uma das mais polêmicas matérias do ano: o Orçamento Fiscal da União para 1991. Convocada para as 14h de hoje, embora sem o quórum necessário — ontem estavam em Brasília 64 parlamentares, quando o número mínimo exigido para a aprovação da proposta é de 248 deputados e 38 senadores —, a sessão do Congresso só vai aprovar o Orçamento se houver acordo entre os líderes de todos os partidos.

Caso contrário, uma vez que o presidente Fernando Collor não pode, segundo a Constituição, baixar medida provisória sobre o Orçamento, deputados e senadores estarão convocados, de forma extraordinária, para fazer nos dias que antecedem o Natal o trabalho não-realizado ao longo dos últimos meses. A principal dificuldade para aprovação do Orçamento é a oposição do PT. Refratário a qualquer acordo com os outros líderes, o partido ameaça impedir qualquer votação hoje.

Ontem começaram as reações para minar os petistas. Um dos líderes aliados ao governo informou que das 206 emendas ao Orçamento apresentadas pelos petistas foram aprovadas 76, que, em valores atuais, somam Cr\$ 8 bilhões 877 milhões e 768 mil.

O líder do PT, Gumerino Milhomem (SP), disse que as propostas do seu partido foram feitas dentro das condições estabelecidas e reafirmou sua intenção de impedir a votação enquanto não forem esclarecidos os critérios usados pelo relator do Orçamento, deputado João Alves (PFL-BA). "Não estamos aqui para compactuar com rateios de verbas e aprovar matérias sem conhecer seu teor."

O tiroteio entre os governistas e o PT deve aumentar na sessão de hoje, com novas acusações de parte a parte. Exemplo disto foi informação da assessoria petista, segundo a qual o deputado João Alves, numa única emenda, aprovou para obras de infra-estrutura no Maranhão o total de Cr\$ 15 bilhões e 736 milhões. Em outra emenda, para um município baiano, o mesmo João Alves aprovou Cr\$ 8 bilhões e 400 milhões. "Recebemos migalhas", afirmou Milhomem.

A força do PT para impedir a votação deve-se às normas da Câmara e do Senado que permitem o voto de liderança, ou seja, apenas o líder de um partido vota em nome de sua bancada. Acontece que este voto, que vale por todos, é frágil. Basta que um líder descontente peça a contagem dos presentes para que a votação fique prejudicada. O PT garante que fará isto. "Não vamos abrir mão ou fazer acordo. Queremos que o Orçamento seja feito pelo Executivo e Legislativo dentro de critérios transparentes, e não da forma como foi feito", diz Gumerino Milhomem, prometendo levantar distorções sobre as 12 mil emendas apresentadas ao Orçamento.

Além do Orçamento, o Congresso Nacional deverá avaliar o pacote de 11 emendas provisórias baixadas pelo presidente Fernando Collor na sexta-feira, sem contar três outras — sobre regras para o inquilinato, crimes de abuso do poder econômico e aumento da contribuição para o Finsocial. Elas têm prazo até o fim do mês e ainda não foram aprovadas.



Pompeu de Souza, Iran Saraiva e Nélson Carneiro na sonolenta sessão de sábado